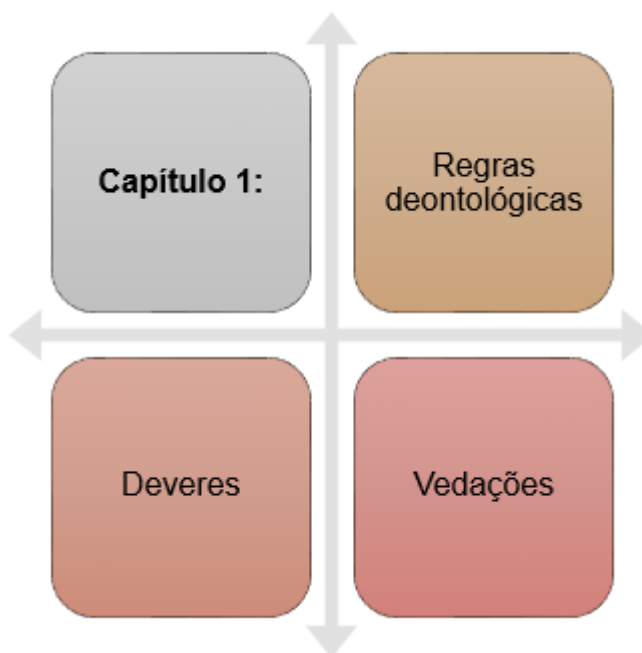


## DECRETO 1.171/94 – REGRAS DEONTOLÓGICAS

Vamos estudar a primeira parte do decreto, que dispõe sobre as regras deontológicas. No próximo bloco, serão estudados os deveres; depois, as vedações; e encerrar estudando sobre as comissões. Na segunda parte, esse decreto está todo riscado, porque, a partir da criação do decreto n. 6.029/07, muitas coisas foram eliminadas do Capítulo II por estarem disciplinadas no decreto n. 6.029/07, que é um decreto mais difícil. Caso apareça no edital decreto n. 1.171, é isso que será estudado; caso apareça decreto 1.171 com alterações, o motivo é esse. Algumas bancas gostam de frisar que não precisa estudar o que está grifado, que foi disciplinado no decreto n. 6.029

### Estrutura do Decreto n. 1.171/94



ANOTAÇÕES




**Obs.:** o capítulo 2 está muito riscado, pois foi normatizado no decreto n. 6.029 de 2007. Percebe-se que demorou. De 94 até 2007, há resoluções da comissão de ética pública (resoluções de 1 a 10), que dispõem sobre comissão e algumas coisas que não estão no 1.171/94. Alguns concursos ainda cobram essas resoluções. Todas elas estão gravadas no Gran Cursos.

No capítulo 2, existe, de importante, a definição de servidor público para fins de apuração de falta ética e a penalidade (censura) para faltas éticas dentro do decreto n. 1.171.

## ATENÇÃO

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

**Obs.:** esse código de ética é um código de ética profissional. Muitas vezes, o edital coloca apenas “ética no serviço público”. Será preciso estudar isso, mas, talvez, seja preciso estudar o decreto n. 1.171; em outros casos, não será preciso.

ANOTAÇÕES




**Obs.:** o código de ética profissional foi criado para o servidor público civil do poder executivo federal. O que isso quer dizer? No início da década de 1990, houve escândalos. O presidente Fernando Collor falava que o servidor público era marajá e não gostava de trabalhar. A imagem do serviço público estava muito prejudicada nessa época. Com a entrada do presidente Itamar Franco, ele começa a trabalhar a imagem do servidor público, disciplinando algumas coisas, e uma delas foi o decreto n. 1.171/94, para mostrar que se prezava pela ética.

Esse código é para o servidor público civil. Não envolve as Forças Armadas, que têm seu próprio de conduta, que é diferente e envolve a atividade dela. Esse servidor público civil é do Poder Executivo Federal, ou seja, é da União, não envolvendo estados, municípios, Judiciário e Legislativo. No entanto, na ausência de um código de ética no judiciário/município/estado, esse decreto pode ser usado. A maioria dos códigos de ética pega coisas do decreto n. 1.171/97, que, claro, precisa de atualização, pois a tecnologia cresceu, por exemplo.

Se você estiver fazendo concurso para prefeitura e esse código estiver sendo cobrado, está tudo bem. Mas é preciso lembrar que, para prova, a finalidade dele é estabelecer um código de conduta para o servidor **civil** do **Executivo Federal (União; administração direta e indireta)**.

### Regras deontológicas

- “Deontos” = dever
- Teorias de dever

### ATENÇÃO

Algumas bancas gostam de confundir os conceitos de regras deontológicas e deveres. As regras deontológicas são mais filosóficas e elaboradoras; os deveres são mais imperativos (ex.: o servidor **deve** manter limpo seu ambiente de trabalho).

ANOTAÇÕES


## Regras iniciais - moralidade

- A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são **primados maiores** que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou **fora dele**, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.



**Obs.:** vale observar que não está escrito “princípios maiores”. Isso foi feito para que não haja confusão com o LIMPE (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência), que representa princípios constitucionais. No caso acima, fala-se em **primados maiores** no mesmo sentido de princípios, ou seja, manter a dignidade, o decoro, o zelo e a eficácia dos princípios morais é a base para o servidor. É o que deve nortear o servidor público, ou seja, dar norte para aonde se vai. O decoro é comportamento. Não basta ser ético. É preciso parecer ético.

É preciso manter a dignidade, o decoro e o zelo fora do trabalho também.

- O servidor público **não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta**. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

**Obs.:** recomenda-se decorar para a prova a parte que está em negrito. O servidor público **jamais pode desprezar o elemento ético de sua conduta**. Exemplo: suponha que um servidor público, na boa intenção de fazer uma fila andar mais rápido, começou a atender as pessoas de forma grosseira e ríspida. Esse servidor está errado, pois não há exceção: o servidor **jamais pode desprezar o elemento ético de sua conduta**.

É possível existir algo revestido de legalidade, mas que não é honesto. Nesse caso, isso não pode ser feito.

ANOTAÇÕES

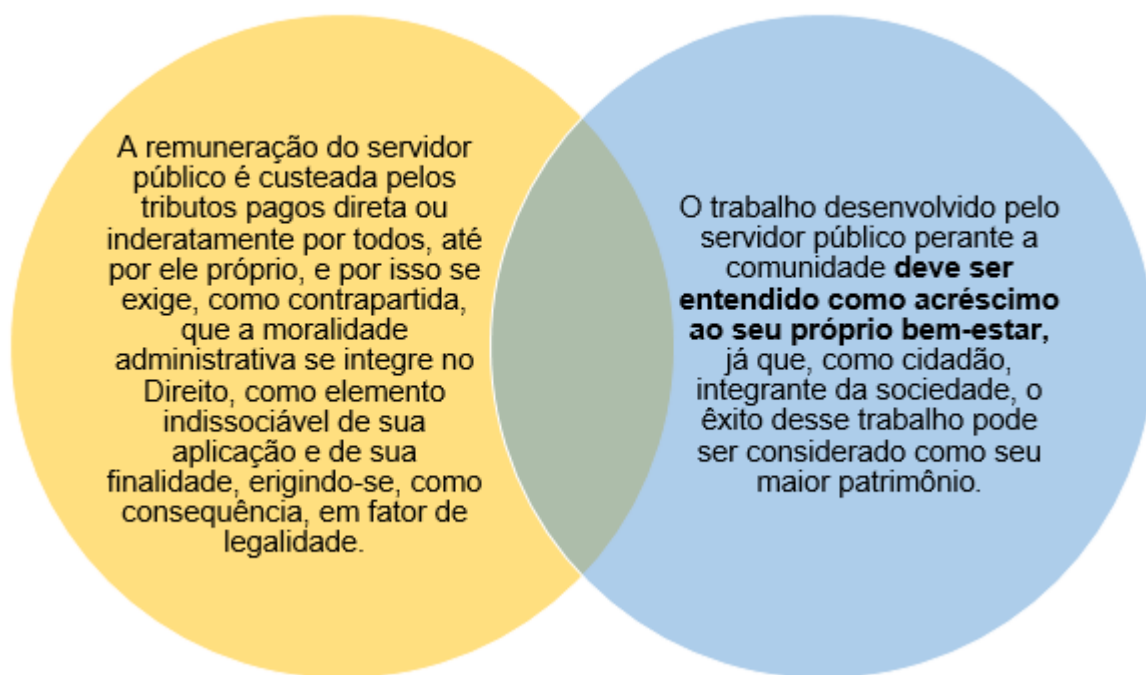

- A moralidade da Administração Pública **não se limita à distinção entre o bem e o mal**, devendo ser acrescida da ideia de que **o fim é sempre o bem comum**. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

**Obs.:** recomenda-se decorar para a prova a parte que está em negrito. Portanto, um ato só será moral quando se coloca o equilíbrio entre legalidade e finalidade. Não basta ser legal. O fim a que ele se destina também precisa ser ético. **Para o servidor público, os meios precisam ser éticos para que os fins também sejam éticos.** A finalidade é sempre o bem comum.

Exemplo: imagine que a prefeita de uma cidade tenha uma religião. Isso não é errado. Imagine que a prefeita dê prioridade ao atendimento psicológico dentro da rede pública para as pessoas da mesma Igreja que ela. Isso não pode ser feito. A finalidade do prefeito é gerenciar para o bem comum. O servidor público também não pode fazer isso que a prefeita fez.



### Regras deontológicas



ANOTAÇÕES


## ATENÇÃO

O tópico a seguir é muito cobrado em prova.



20m

### Função pública e vida privada

- A função pública deve ser tida como **exercício profissional** e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada **poderão acrescer ou diminuir** o seu bom conceito na vida funcional.

**Obs.:** por isso, a **dignidade**, o **decoro**, o **zelo e a eficácia** são primados maiores que devem ser levados para a vida funcional e para a vida privada.

Exemplo: servidor que, na vida privada, faz um trabalho bonito com crianças carentes. Ele apareceu na mídia e foi noticiado como “servidor do órgão *tal* faz um trabalho voluntário”. Isso eleva a imagem do órgão. Isso pode acrescer na vida funcional dele.

Outro exemplo: certa vez, apareceu na mídia que um determinado servidor do órgão *tal* foi parado em uma *blitz* e estava completamente embriagado. Ele falou ao agente de trânsito: “você sabe com quem está falando? Eu sou servidor do órgão *tal*.”. E assim apareceu no jornal local. A imagem do órgão foi prejudicada em razão da conduta desse servidor.

### Publicidade

- É regra.
- Exceção: segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo **previamente** declarado sigiloso.

## ATENÇÃO

Uma banca colocou **posteriormente**. O correto é **previamente**.

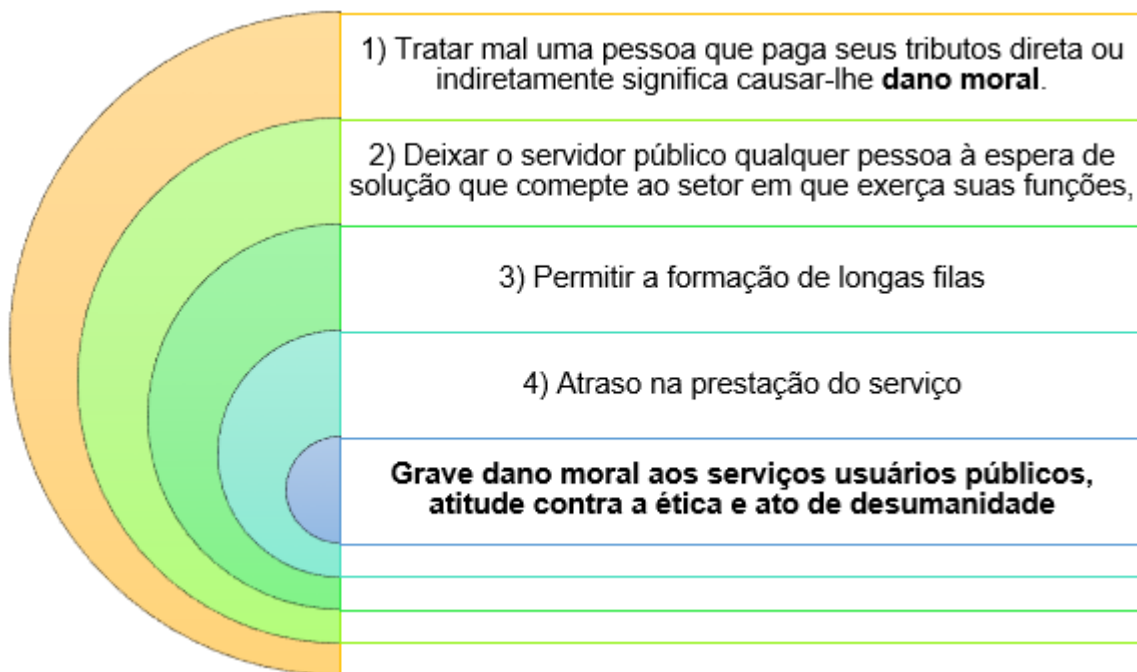
ANOTAÇÕES




## Direito à verdade

- O servidor não pode **omitir ou falsear**, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

## Atendimento ao público



**Obs.:** em resumo, o servidor tem que tratar o público bem.

## Regras deontológicas finais

### Hierarquia:

O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens **legais** de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a **conduta negligente**. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

ANOTAÇÕES


### Ausência ao trabalho:

Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

### Relações humanas:

O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.



### ATENÇÃO

O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, **colabora** e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Cursos Online, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Kátia Lima.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

ANOTAÇÕES
